

CEDI

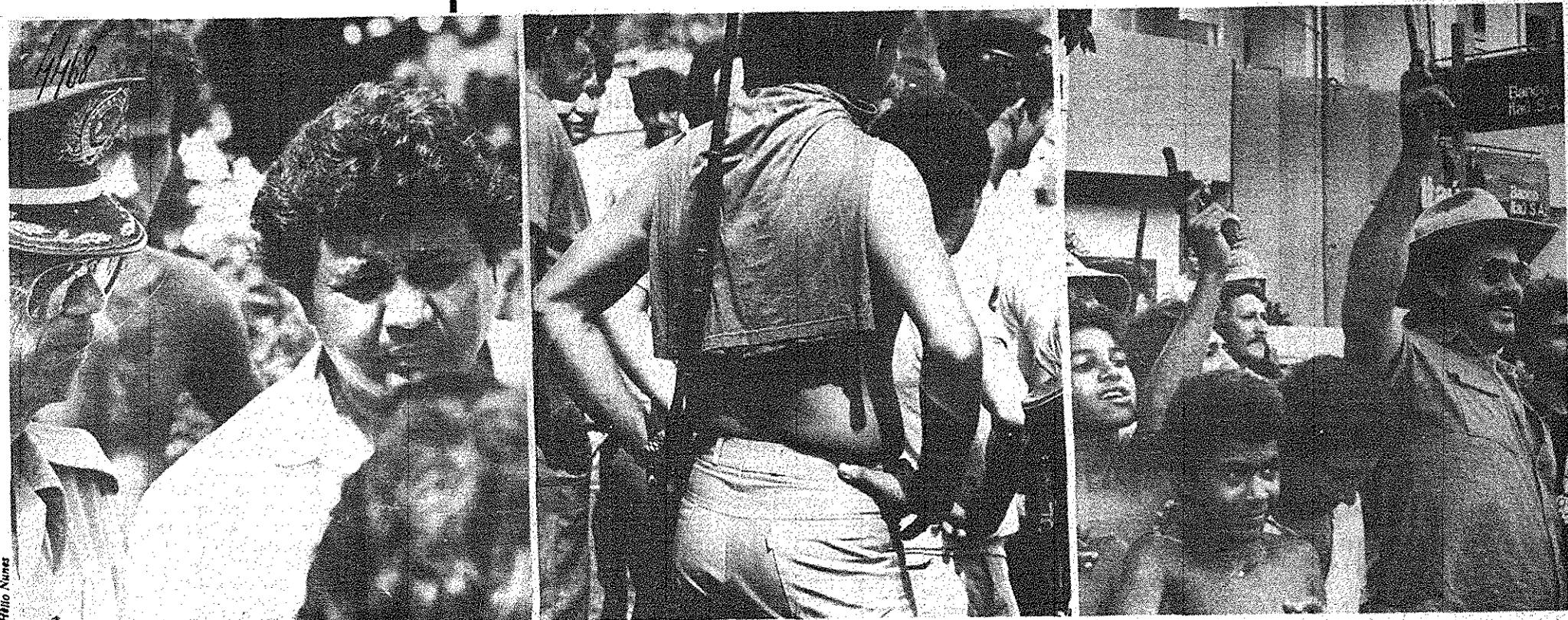
Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Popular (Go)

Class.: 206

Data: 18-07-85

Pg.: _____



O dossiê do Conselho Indígena do Norte de Goiás culpa o delegado Sebastião Morais Lima (E) pelo clima de violência nas ruas de Tocantinópolis

Dossiê indígena acusa delegado

O Conselho Indígena do Norte de Goiás, divulgou ontem dossiê, montado com documentos resultantes de investigações da própria polícia, relatando crimes e arbitrariedades do delegado de Polícia de Tocantinópolis, Sebastião Morais Lima. O delegado é acusado, no dossiê, de extorsão, peculato, roubo, corrupção e abuso de autoridade. Os índios apresentaram os documentos ao Ministro da Justiça, Fernando Lyra, e estranham que o policial ainda não tenha sido

afastado de suas funções, mesmo depois do episódio da morte do índio Valdemar.

No dossiê, o Comandante do 3º Batalhão de Araguaína, coronel Renato Carlos da Silva, é acusado de fazer vistas grossas em incidentes entre índios e fazendeiros, não impedindo que os brancos se armassem com fuzis — armas privativas das Forças Armadas — ou disparassem tiros ao ar, na cidade, no meio de policiais, sem que nada lhes acontecesse.

(Página 6)

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: O PopularClass.: 207Data: 18-07-85

Pg.: _____

Dossiê do Conselho Indígena incrimina delegado

O Conselho Indígena do Norte de Goiás passou à imprensa, ontem, cópias de um dossiê que a própria entidade entregou ao Ministro da Justiça, Fernando Lyra, na semana passada, relatando vários crimes e arbitrariedades do delegado de polícia de Tocantinópolis, Sebastião Moraes Lima. Entre outras coisas, o delegado é acusado de prática de extorsão, peculato, roubo, corrupção e abuso de autoridade, atos que teriam sido praticados tanto dentro quanto fora da sua área de jurisdição.

O dossiê foi montado com documentos oriundos de investigações da própria polícia — por intermédio da Delegacia Regional de Tocantinópolis — todos de conhecimento do Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) e da Corregedoria de Polícia. Apesar disso, uma comissão do Conselho Indígena ouviu do Secretário de Segurança Pública, segunda-feira passada, que o delegado Sebastião Lima não foi afastado de suas funções depois que um índio Apinajé foi morto e outros três feridos pela polícia, no dia 28 de junho, porque ainda não há provas da culpabilidade do delegado.

DOSSIÊ

Os índios entendem, porém, que já há motivos de sobra para a remoção do delegado Sebastião Lima, e, com esse objetivo, levaram em mãos, ao Ministro da Justiça, um dossiê com mais de 50 páginas sobre as atividades irregulares do policial. Entre os documentos constam várias peças de inquéritos e sindicâncias em que Sebastião Moraes Lima é acusado por roubo de carro, apropriação indébita de eletrodomésticos, prática de torturas em sua delegacia e extorsão de dinheiro.

Num dos casos constantes do dossiê, figura como vítima o fazendeiro Manoel Torres de Oliveira, residente em Nazaré de Goiás. Ele declarou ao delegado regional, Domingos Teixeira de Jesus, que em 24 de maio o delegado Sebastião Lima foi à sua casa e apreendeu um Corcel II, branco, placa BZ-1745, alegando que o veículo era furtado. O fazendeiro procurou o dono anterior do Corcel II, Severino Ramos Lima, e juntos foram à delegacia de Tocantinópolis esclarecer os fatos.

Segundo Manoel Torres, ao chegar à delegacia já encontrou seu carro no pátio, com a placa trocada por outra de Carolina, Maranhão. O delegado informou que não se tratava do mesmo veículo e sugeriu que o fazendeiro entrasse em acordo com o antigo dono do carro, "pois de qualquer jeito perderiam o veículo" e ainda corriam risco de irem "os dois para a cadeia".

ELETRDOMÉSTICO

Há ainda contra o delegado Sebastião Lima a acusação de ter se apropriado de um televisor furtado por Hedemberg Brito e pertencente a José Oliveira Milhomem. Muitos desses inquéritos contra o delegado Sebastião Lima foram instaurados a pedido do próprio promotor público de Tocantinópolis, Roldão Izael Casimiro, e não raro valeiram até ameaças de morte ao delegado regional, Domingos Teixeira de Jesus, segundo ele mesmo denuncia nos relatórios mensais que encaminhava ao diretor do DPJ, Ubyratan Ferandes.

No dossiê também sobram farpas para o comandante do 3º Batalhão PM de Araguaína, coronel Renato Carlos da Silva acusado de omissão diante das arbitrariedades do destacamento de Tocantinópolis. O relatório de um agente policial que investigou os incidentes entre índios e fazendeiros do município, no início do ano, deixa claro que houve vistas grossas da PM com relação a certos fatos. Consta, por exemplo, que pelo menos seis brancos estavam armados de fuzis, armas privadas das forças armadas, e que apesar disso não foram desarmados.